



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata n.º 2/2026

-----Aos vinte dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, pelas vinte horas, reuniu o Conselho de Ilha de São Jorge, em sessão ordinária, na Escola Profissional da Ilha de São Jorge. -----

-----Verificaram-se as ausências justificadas dos conselheiros João Manuel Azevedo da Silva, Luís Manuel Baptista de Sousa Furtado Pereira e José Gabriel de Silva Matos, bem como a ausência injustificada de André Filipe dos Santos Silveira. -----

-----Antes da ordem de trabalhos, foi lida conforme anteriormente acordado e aprovada por unanimidade a Ata n.º 1, de sete de janeiro de dois mil e vinte e seis, relativa à eleição da mesa do Conselho de Ilha. -----

-----A Senhora Presidente informou ainda ter recebido do Município da Calheta a Ata n.º 5 do anterior Conselho de Ilha, datada de dez de novembro de dois mil e vinte e cinco. Considerando a presença de conselheiros do mandato anterior e com o intuito de simplificar o processo de assinatura pelo anterior Presidente, Senhor Hélder Martins, procedeu à leitura da referida ata para apreciação pelos membros com legitimidade para o efeito. Não havendo intervenções, a ata foi aprovada por maioria, com nove votos a favor e quatro abstenções dos conselheiros do anterior mandato. -----

-----De seguida, iniciou-se a ordem de trabalhos: -----

-----Ponto um: Apreciação e deliberação sobre a inclusão de audições a entidades económicas da ilha nas próximas reuniões do Conselho de Ilha; -----

-----Ponto dois: Outros assuntos. -----

-----No âmbito do primeiro ponto, a Senhora Presidente explicou que a proposta visava convidar entidades representativas de setores económicos relevantes da ilha, designadamente cooperativo, conserveiro e turístico, para apresentarem as suas preocupações e contributos ao Conselho de Ilha, reforçando a dinâmica e utilidade do órgão. -----

-----No debate, vários conselheiros defenderam a audição da indústria conserveira Santa Catarina, destacando a sua relevância económica e os desafios que enfrenta. Foram igualmente levantadas questões quanto aos critérios de seleção das entidades a convidar, defendendo-se que as audições devem privilegiar setores sem representação direta no Conselho e áreas de maior impacto económico. -----

-----Após discussão, a Senhora Presidente propôs a audição da indústria conserveira Santa Catarina na próxima reunião ordinária, proposta que foi aprovada por maioria, com uma abstenção. -----

-----No ponto “Outros assuntos”, a Senhora Presidente deu conhecimento de uma



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata n.º 2/2026

comunicação da Cáritas de Santa Catarina relativa à insuficiência de financiamento da valência ATL, designadamente no processo de transição de meio tempo para tempo inteiro. -----

-----O Representante do Governo, Dr. Roger Sousa, esclareceu que a situação da instituição é particularmente delicada, salientando que a valência ATL é uma das menos financiadas na Região. Explicou que a Cáritas procedeu à contratação de pessoal a tempo inteiro sem o correspondente reforço financeiro, originando um défice na resposta social. Referiu ainda a existência, a nível regional, de uma elevada lista de espera para aumento de capacidades, sendo a resposta condicionada pelas verbas transferidas pela República, não estando previstos novos financiamentos no imediato. -

-----Foi ainda abordada a carência de enfermeiros na ilha, particularmente nas instituições sociais, tendo sido sugerido o envio de um ofício à tutela regional, manifestando preocupação com a dificuldade de fixação de profissionais de saúde, proposta acolhida pela Senhora Presidente do Conselho de Ilha. -----

-----Relativamente à empreitada da Estrada Transversal Urzelina–Nortes, o Representante do Governo informou que a obra apresenta atrasos, mantendo-se, contudo, o prazo limite de execução a trinta e um de agosto, em cumprimento das regras do PRR. A Senhora Presidente da Câmara Municipal de Velas manifestou preocupação com a consolidação de muros, passeios, iluminação e requalificação do miradouro adjacente, defendendo a valorização da zona urbana. Diversos conselheiros alertaram ainda para atrasos na obra, problemas de pavimentação e danos em terrenos confinantes. A delegada das Obras Públicas, na qualidade de Vice-presidente, referiu que as prioridades atuais se prendem com o cumprimento dos prazos do PRR, assegurando o acompanhamento das situações reportadas. -----

-----Foi igualmente debatida a suspensão da prevenção noturna no posto dos Bombeiros Voluntários do Topo. O Senhor Presidente da Câmara Municipal da Calheta confirmou que a medida decorre da falta de recursos humanos e financeiros, informando das diligências em curso junto da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Calheta, Juntas de Freguesia e tutela regional. Vários conselheiros manifestaram preocupação com o impacto da situação na segurança da população do Topo e da ilha em geral, defendendo uma intervenção do Conselho de Ilha junto do Governo Regional. A Senhora Presidente assumiu o compromisso de elaborar um ofício, em articulação com o Município da Calheta, manifestando a preocupação do órgão. ----

-----Ainda no âmbito de outros assuntos, o Conselheiro Orlando Gomes solicitou



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Ata n.º 2/2026

esclarecimentos sobre as obras integradas no PRR, nomeadamente o Matadouro da Ilha de São Jorge. -----

-----O Representante do Governo esclareceu que o prazo limite para a execução física e financeira das obras do PRR termina a trinta e um de agosto, sublinhando o rigor das regras europeias e a ausência de possibilidade de prorrogação. -----

-----Relativamente ao Matadouro, reconheceu o atraso da empreitada, referindo que o Governo Regional exigirá o cumprimento dos prazos contratuais. No que respeita às quatro habitações nos Casteletes, informou que a obra decorre a bom ritmo, apesar de o prazo inicial de trezentos e sessenta dias ter terminado no dia dezoito do corrente mês. Esclareceu que a impossibilidade de conclusão nesse prazo já estava prevista, tendo sido concedida uma prorrogação de cento e cinquenta dias, a pedido do empreiteiro, prevendo-se a conclusão da obra e a abertura do concurso para arrendamento com opção de compra no final de maio. -----

-----Em fase final, foram ainda referidas preocupações relativas à vinha em São Jorge, às verbas destinadas à manutenção dos parques de retém e à situação do equipamento de Raio-X na ilha, entretanto regularizada. -----

-----A Senhora Presidente sintetizou as diligências a desenvolver, confirmando o envio de dois ofícios: um relativo à carência de enfermeiros nas instituições da ilha e outro referente à suspensão da prevenção noturna no posto dos Bombeiros do Topo. Quanto à Estrada Transversal e ao Matadouro, o Conselho acompanhará a evolução dos trabalhos, reservando eventual nova intervenção para reunião futura, caso se mantenham as preocupações de execução. -----

-----Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos legais.

A Presidente

Os Secretários